

LIRA, Andréia Karina de; MIRANDA, Arinaldo Gilvanny Paulino; SILVA, José Moisés Nunes da. Artesanato: base da economia solidária. *In*: NASCIMENTO, José Mateus do; SILVA, José Moisés Nunes da (Org). **Educação Profissional e contradições sociais**: pontos e contrapontos. Natal: Editora FAMEN, 2019. p. 69-76. DOI: <https://doi.org/10.36470/famen.2019.lc7>

Capítulo 7

ARTESANATO: BASE DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Andréia Karina de Lira¹
Arinaldo Gilvanny Paulino Miranda²
José Moisés Nunes da Silva³



Fonte: Andréia Karina de Lira.

¹ Graduada em Ciências Biológicas. Especialista em Psicopedagogia Institucional e Clínica. Aluna especial do mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. Email: karinalira7@gmail.com.

² Bacharel em Ciências Contábeis. Especialista em Gestão Pública. Licenciado em Letras Espanhol. Aluno especial do mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. Email: arimiranda@globomail.com.

³ Doutor em Educação. Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional/PPGEP do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte/IFRN. Email: moises.silva@ifrn.edu.br.

RESUMO

O registro fotográfico aconteceu em maio de 2019. Retrata um trabalhador urbano informal, comercializando sua produção artesanal em um de mercado público no município de Monte Alegre-RN. A produção fotográfica se relaciona com o desenvolvimento de atividade da disciplina Processos Cognitivos, Teorias de Aprendizagem e Educação Profissional do Programa de Pós-Graduação Acadêmico em educação profissional (PPGEP) do Instituto Federal do Rio Grande do Norte. O objetivo do capítulo é tematizar o artesanato como base da economia solidária e sua correlação com mundo do trabalho. A metodologia utilizada foi produção fotográfica e revisão bibliográfica numa perspectiva dialética de análise. O resultado da experiência fotográfica aponta para a necessidade de se estruturar políticas públicas efetivas para o desenvolvimento do artesanal economicamente sustentável, propiciando ao trabalhador o direito, através do trabalho, à sua produção, socialização e desenvolvimento humano.

Palavras-chave: Trabalho. Economia solidária. Artesanato.

INTRODUÇÃO

A missão essencial do trabalho informal no processo de promoção da cidadania do trabalhador potencializa-se com as adversidades e os novos desafios impostos pelo capitalismo, o que requer a implementação de políticas públicas que viabilizem, de fato e de direito, os fundamentos preconizados na Carta Magna brasileira de 1988, particularmente no que diz respeito a cidadania, a dignidade da pessoa humana e aos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa. (BRASIL, 1988).

Na sociedade moderna, definida também por sociedade do conhecimento, da tecnologia e da globalização, as desigualdades tornam-se latentes, em especial entre os que possuem e os que não possuem meios de subsistência, com destaque para os que estão à margem ou até mesmo excluídos do mundo do trabalho.

A relação do homem com o trabalho consiste em um liame intrínseco e indissociável, desde os primórdios das civilizações até a atualidade. No que concerne a relação homem e trabalho Aranha (2008, p. 22) diz que:

O homem se faz pelo trabalho. Ou seja, ao mesmo tempo que produz coisas, torna-se humano, constrói a própria subjetividade. A medida

que o trabalho muda o jeito de ser, de pensar e de agir de cada ser humano e cada cultura, torna-se condição de humanização e instrumento da liberdade, porque é pelo trabalho que o homem viabiliza a realização de seus projetos (e desejos) no mundo, ao mesmo tempo que se torna propriamente humano.

No entanto, ao reflexionar sobre essa conexão, deve-se atentar para a dualidade histórica da relação capital e trabalho, buscando refletir sobre os impactos sociais inerentes a essa relação, conforme cita Marx (2010, p.82):

[...] o trabalho produz maravilhas para os ricos, mas produz privação para o trabalhador. Produz palácios, mas cavernas para o trabalhador. Produz beleza, mas deformação para o trabalhador. Substitui trabalhos por máquinas, mas lança uma parte dos trabalhadores de volta a um trabalho bárbaro e faz da outra parte [de trabalhadores] máquinas. Produz espírito, mas produz imbecilidade, cretinismo para o trabalhador.

Whitaker (2008) ressalta que os sociólogos qualificam as sociedades que substituíram formas artesanais e camponesas de produção por industrialização baseada no avanço tecnológico e arraigada na globalização da economia. Sendo assim, outro fator relevante, que corrobora para embasar a necessidade de fomentar e fortalecer as formas alternativas de produção artesanal e de manufatura, consiste nas mutações das relações sociais e de trabalho, que ao longo do tempo veem seu espaço sendo minimizando em virtude dos avanços tecnológicos inerentes a industrialização e gerenciados pelo capital.

É diante desse contexto, que o esse capítulo pretende destacar a tematização do artesanato como base da economia solidária e sua correlação com mundo do trabalho, partindo da perspectiva analítica de uma fotografia, onde retrata a prática laboral de um trabalhador urbano informal, comercializando sua produção artesanal em um espaço mercadológico público idealizado para esse fim e construído e mantido pela iniciativa pública, objetivando congrega trabalhadores rurais, artesão, pequenos produtores de manufatura, empreendedores sociais e microempreendedores, de modo a fomentar e fortalecer a economia solidária do município de Monte Alegre, pertencente à região metropolitana de Natal, no Rio Grande do Norte.

Assim, o presente trabalho se justifica pela necessidade de se propalar o debate e a reflexão sobre a relação estabelecida entre a economia solidária e mundo do trabalho, em uma abordagem sobre o artesanato e o trabalho informal e os demais fatores que contribuem para a consolidação dessa vertente econômica como alternativa à inclusão social no mundo do trabalho e conseqüente geração de emprego, renda e desenvolvimento socioeconômico local e regional.

A proposta de debater tal temática motiva o pensamento crítico reflexivo acerca da urgente necessidade de estruturação de políticas públicas efetivas para o desenvolvimento do setor artesanal de forma economicamente sustentável. Quanto a proposição do debate de temáticas relevantes para a sociedade, Kupstas (2008) afirma que o exercício do debate é libertador, incentiva a visão crítica do mundo; o debate é uma arma contra a manipulação e o conformismo; é um passaporte para a democracia e a vida em sociedade.

A metodologia utilizada foi a produção fotográfica e a revisão bibliográfica numa perspectiva dialética de análise. Para tanto, confrontou-se aspectos bibliográficos inerentes ao mundo do trabalho, trabalho informal, artesanato e economia solidária com a *práxis* do trabalho informal retratada na fotografia registrada em maio de 2019, no Mercado Municipal Luiz Alexandre da Rocha, na cidade de Monte Alegre/RN, a qual faz parte das atividades da disciplina Processos Cognitivos, Teorias de Aprendizagem e Educação Profissional, do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional (PPGEP) do Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN).

A abordagem do trabalho é indutiva, uma vez que se utiliza de registro fotográfico de fato social específico sintetizado e referenciado bibliograficamente de modo a viabilizar debates, reflexões e conclusões verídicas a partir de premissas também verídicas. Segundo Ruiz (2002, p. 139), “A indução caminha do registro de fatos singulares ou menos gerais para chegar à conclusão desdobrada ou ampliada em enunciado mais geral [...]”. Desse modo a disposição analítica da fotografia em estudo permite evocar problemáticas de relevância social.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA CONCEITUAL

A economia solidária exerce um papel de grande importância social e econômica em nosso país, tendo seu cerne na reconstrução e enaltecimento do ser humano em detrimento ao capital, objetivando a inclusão social, a igualdade, a cooperação, a autogestão, o consumo solidário, o desenvolvimento sustentável, o comércio justo, entre outros fatores de cunho social, e congrega inúmeros trabalhadores que são excluídos ou até mesmo nunca adentraram no mundo formal do trabalho.

Nesse sentido, Singer (2004) afirma que mesmo sendo hegemônico, o capitalismo não impede o desenvolvimento de outros modos de produção porque é incapaz de abarcar toda a população econômica ativa. Ou seja, mesmo diante de toda imponência, o capitalismo, envolto em suas crises cíclicas, não é capaz de inviabilizar outras vertentes econômicas, como por exemplo, a economia solidária.

A economia solidária, segundo Novaes (2012, p. 134),

[...] preconiza o trabalho como meio de libertação humana dentro de um processo de democratização econômica, criando uma alternativa à dimensão alienante e assalariada das relações do trabalho capitalista. Ela possui característica multidisciplinar ao envolver disciplinas de diferentes áreas do conhecimento social, econômico, ecológico, política, jurídica, cultural e de tecnologia.

Dessa forma, observa-se a amplitude e a relevância social da economia solidária, ainda que, uma vertente socioeconômica de tal magnitude traga consigo um universo complexo e dotado de adversidades e reveses, entre as quais: acesso ao crédito e planejamento/gestão financeira, estrutura de mercado e infraestrutura logística. Entre os empreendimentos dedicados à produção artesanal também há grandes problemas em relação à estrutura para comercialização. A disponibilização de espaços confortáveis e atrativos, com produtos de alta qualidade artesã, tem contribuído de forma decisiva para as vendas e o faturamento desses trabalhadores (DIEESE, 2017).

Sob essa óptica, o estudo do DIEESE (2017), externa algumas das dificuldades enfrentadas pelo campo da economia solidária e seus atores, que vão desde o acesso ao mercado financeiro e linhas de financiamento e crédito,

conhecimentos incipientes dos trabalhadores sobre gestão, até problemas inerentes a infraestruturas deficitárias e falta de espaços adequados e necessários para o exercício das atividades de produção e comercialização.

Assim, observa-se a necessidade de maximização pelo poder público de espaços e equipamentos que viabilizem a promoção das atividades laborativas dos artesãos como forma de fortalecimento e subsistência da economia solidária, de forma a favorecer o desenvolvimento econômico e sustentável dessa relevante atividade, não só comercial, mas cultural, artística e social.

No campo da economia sustentável o artesanato assume posição de destaque, o artesanato é definido por Pereira (1979, p. 21) como “[...] um complexo de atividades de natureza manual, através das quais o homem manifesta a criatividade espontânea”. No mesmo sentido, Lima (2012), afirma que o entendimento sobre a essência do objeto do artesanato é perceptível quando esse objeto é resultante de processos de produção prioritariamente advindos do exercício da manualidade, e como artístico quando nele são ressaltados os diversos aspectos formais, estéticos, simbólicos, sentidos e valores culturais que abrange.

Desse modo, a base conceitual do Programa do Artesanato Brasileiro, denomina artesanato como sendo:

[...] toda a produção resultante da transformação de matérias-primas, com predominância manual, por indivíduo que detenha o domínio integral de uma ou mais técnicas, aliando criatividade, habilidade e valor cultural (possui valor simbólico e identidade cultural), podendo no processo de sua atividade ocorrer o auxílio limitado de máquinas, ferramentas, artefatos e utensílios. (BRASIL, 2012, p.12).

Ainda na perspectiva desse Programa, o artesão é definido como o trabalhador que de forma individual exerce um ofício manual, transformando a matéria-prima bruta ou manufaturada, criando ou produzindo trabalhos que tenham dimensões culturais. Assim, denota-se dizer que artesanato compreende um vasto campo do trabalho manual empregado na transformação de matérias-primas, sendo passiva ao processo artesanal de produção a utilização de equipamentos e maquinários inerentes, como meio auxiliar e limitado, de forma a preservar a particularidade, a exclusividade e as

especificidades do produto, fruto do emprego do trabalho do artesão, ressignificando, através da cultura, suas práticas e técnicas laborais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A interpretação e análise da peça fotográfica associada à bibliografia constante em seu escopo, conduz às reflexões pertinentes sobre a relevância do fortalecimento da economia solidária de forma a viabilizar uma sociedade justa e igualitária, que propicie a todos, sobretudo àqueles indivíduos que, por motivos distintos não conseguiram um espaço formal no mundo do laboral, o direito através do seu trabalho de almejarem sua emancipação social e humana.

É necessário que tal discussão seja ampliada gradativamente e seja alicerçado um espaço cada vez mais sólido e presente em nosso cotidiano de forma que a oferta de trabalho, formal ou informal, seja subsidiada pela efetivação de componentes libertadores pautados na garantia do direito ao trabalho, formação profissional, socialização e cidadania.

Um ponto relevante deste trabalho, a ser retomado em novos estudos, diz respeito às perspectivas da economia solidária e a consolidação de políticas públicas de fomento desse nicho econômico, assim como criação e fortalecimento de possibilidades para fazer face aos ditames alienantes das relações de trabalho capitalistas formais.

É inegável que é fundamental a formulação e consolidação de políticas públicas eficientes e eficazes que garantam o direito constitucional de inserção e manutenção no mundo do trabalho, visando o pleno desenvolvimento da pessoa humana, sua qualificação e profissionalização, e seu preparo para o exercício pleno da cidadania.

Por fim, dedica-se este capítulo a todos aqueles que pugnam e objetivam a implementação das relações de trabalho pautada na humanização das práticas laborais, tornando a integração do homem com trabalho cada dia mais harmônica, inclusiva, efetiva, e comprometida com um sólido processo de desenvolvimento socioeconômico e formação social e com a luta contra toda e

qualquer forma de discriminação e exclusão social, econômica, intelectual e cultural.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. Trabalhar pra quê? Trabalho em debate. *In*: KUPSTAS, Márcia (Org.). **Série debate na escola**. São Paulo: Moderna, 2008.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Programa do Artesanato Brasileiro**: base conceitual. Brasília, DF, 2012. 60 p.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **A comercialização na economia solidária em empreendimentos urbanos de produção artesanal lideradas por mulheres**. São Paulo: DIEESE, 2017.

KUPSTAS, Márcia (Org.). **Trabalho em debate**. São Paulo: Moderna, 2008.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos–filosóficos**. 4. Reimp. São Paulo: Boitempo, 2010.

NOVAES, Francisco Antonio Maciel. Economia solidária como estratégia para emancipação humana. **Revista de Ciências Gerenciais**, v. 16. n. 24, p.133-44. 2012.

LIMA, Ricardo Gomes. **Objetos**: percursos e escritas culturais. São José dos Campos/SP: Fundação Cassiano Ricardo. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2012.

PEREIRA, Carlos José da Costa. **Artesanato**: definições, evoluções-ação. Brasília: MTB, 1979.

RUIZ, João Álvaro. **Metodologia Científica**: guia para eficiência nos estudos. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

SINGER, Paul. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Porto: Afrontamento, 2004. p.71-107.

WHITAKER, Dulce. A escolha da carreira: haja imaginação. *In*: KUPSTAS, Márcia (Org.). **Trabalho em debate**. São Paulo: Moderna, 2008.